

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Setembro/2018

**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Concurso Público para provimento de vagas de Consultor Técnico-Legislativo Categoria Técnico em Comunicação Social/Publicitário

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C30', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA
OBJETIVA****Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Foque atenção e esforços positivos para atingir o que almeja.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
 - Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
 - Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

Juventude de hoje, de ontem e de amanhã

A juventude é estranha porque é a velhice do mundo passada indefinidamente a limpo. Uma geração lega à outra um magma de erros e sabedoria, de vícios e virtudes, de esperanças e desilusões. O jovem é o mais velho exemplar da humanidade. Pesa-lhe a herança dos conhecimentos acumulados; pesa-lhe o desafio do que não foi conquistado; a inadequação entre o idealismo e o egoísmo prático; pesa-lhe o inconsciente da raça, esta sessão espírita permanente, através da qual cada homem se comunica com os mortos.

No encontro de duas gerações, a que murcha e a que floresce, há uma irrisão dramática, um momento de culpas, apreensões e incertezas. As duas figuras se contemplam: o jovem é o passado do velho, e este é o futuro que o jovem contempla com horror. Assim, o momento desse encontro é um espelho cujas imagens o tempo deforma, sem que se desfaça, para o moço e para o velho, a sinistra impressão de que as duas figuras são uma coisa só, um homem só, uma tragédia só.

O poeta romântico inglês Shelley poderia ser o padrão do adolescente de todas as épocas: nasceu de família respeitável e rica, foi bonito, sincero, revoltado, idealista, violento, amoroso, apaixonado pela vida e pela morte, inteligente, confuso e, sobretudo, de uma sensibilidade crispada. Não era um monstro: seus atos eram a consequência lógica de suas ideias, da lealdade às suas crenças. E enquanto escrevia versos musicais, fecundados de amor cósmico, esperança e idealismo social, atirava-se feroz contra o conformismo do clero, a monarquia, as leis vigentes, o farisaísmo universal.

(Adaptado de CAMPOS, Paulo Mendes. **O amor acaba**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 135-136)

1. A afirmação inicial *A juventude é estranha* encontra em seguida uma justificativa quando o autor argumenta que os jovens,
 - (A) assim como os mais velhos, dão a vida passada por vivida, recusando-se a crer que ainda haja ideais a serem perseguidos.
 - (B) ao contrário dos velhos, buscam passar seu próprio tempo a limpo, livrando-o da carga pesada dos erros passados.
 - (C) incorporando valores de outros tempos, acumulam erros e acertos do passado, como se numa transmissão sobrenatural.
 - (D) rejeitando as heranças culturais disponíveis, têm a ilusão de que renovam tudo, ainda quando repitam erros do passado.
 - (E) espelhando-se em si mesmos, acabam reabilitando e nobilitando ideais que se perderam em antigos combates.

2. O poeta inglês Shelley, segundo o autor do texto, *poderia ser o padrão do adolescente de todas as épocas* porque nele
 - (A) o espírito revoltoso de um marginalizado fazia dele uma personalidade arrebatada pelos mais ferozes ressentimentos.
 - (B) a sensibilidade à flor da pele fazia com que ele se dedicasse plenamente ao culto dos mais altos ideais.
 - (C) as qualidades negativas deixavam em segundo plano as positivas, o que favorecia sua expressão romântica.
 - (D) os impulsos amorosos, idealistas e esperançosos conviviam com duras invectivas contra o que julgasse maligno.
 - (E) as intenções críticas mais contundentes acabavam sucumbindo ao lirismo e à índole mística de seu temperamento.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *é a velhice do mundo passada indefinidamente a limpo* (1^o parágrafo) = é a humanidade velha imperando oportunamente sobre a nova.
 - (B) *Uma geração lega à outra um magma de erros e sabedoria* (1^o parágrafo) = na alternância de deslizos e acertos, magnetizam-se as gerações.
 - (C) *uma irrisão dramática, um momento de culpas* (2^o parágrafo) = um drama irrisório, um instante de remorsos.
 - (D) *a sinistra impressão de que as duas figuras são uma coisa só* (2^o parágrafo) = a incrível sensação de que ambas as imagens são uma única.
 - (E) *atirava-se feroz contra o conformismo do clero* (3^o parágrafo) = empenhava-se bravamente no combate à resignação da classe clerical.

4. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) Não parece ao autor do texto, que os mais jovens omitam experiências antigas, de sorte que as carregam nos valores aonde elas se embutem.
 - (B) Ao buscar entender os jovens – Paulo Mendes Campos, poeta e cronista, acredita que lhes caracteriza sobretudo o peso dos antecedentes.
 - (C) O cronista encontrou no poeta Shelley, uma espécie de paradigma da juventude, conquanto a representa tanto nos erros como nos acertos.
 - (D) O autor não postula a convicção de que os jovens sejam tão criativos, a ponto de se deixarem denegar das experiências mais antigas.
 - (E) O autor do texto – cronista e poeta dos bons – acredita que cada nova geração absorve as experiências das que a antecederam.



5. Há emprego de voz passiva e adequada correlação entre os tempos e modos verbais na frase:
- (A) Reconheçam-se na geração de hoje as experiências das gerações passadas, para que bem se compreenda a importância da transmissão dos valores.
 - (B) Não fossem as experiências dos mais velhos, cada geração haverá de contar apenas com suas intuições e sentimentos.
 - (C) Muitos jovens terão deixado de reconhecer a importância das experiências de outras gerações, mesmo que vierem a desfrutar delas.
 - (D) Ainda que muitos jovens acreditassem que nada os ligava às gerações passadas, não terão como deixar de reconhecer o respeito que lhes devem.
 - (E) Caso o comportamento de um jovem pareça monstruoso, pelo que guarda de paradoxal, é preciso considerar a força que o leva às indecisões.
-
6. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) Ao jovem (**poder**) desagradar as imagens da velhice, que ele bem sabe que o aguardam, se a vida é longa.
 - (B) O autor valeu-se das imagens dos espelhos, símbolos capazes de figurar as duplicidades a que (**costumar**) render-se a personalidade humana.
 - (C) Nunca (**dever**) contar com nossa complacência os erros em que teimosamente persistimos, apesar de já identificados no passado.
 - (D) O autor não se (**deixar**) alimentar senão por convicções pessimistas, nas suas observações acerca da natureza humana.
 - (E) Não (**haver**) de faltar aos moços alguma desconfiança, ao menos quanto à importância das experiências passadas.
-

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

Uma palavra sobre cultura e Constituição

Todas as Constituições brasileiras foram lacônicas e genéricas ao tratar das relações entre cultura e Estado. Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior. Ao Estado cumpre realizar uma tarefa social de base cujo vetor é sempre a melhor distribuição da renda nacional. Na esfera dos bens simbólicos, esse objetivo se alcança, em primeiro e principal lugar, construindo o suporte de um sistema educacional sólido conjugado com um programa de apoio à pesquisa igualmente coeso e contínuo.

A sociedade brasileira não tem uma “cultura” já determinada. O Brasil é, ao mesmo tempo, um povo mestiço, com raízes indígenas, africanas, europeias e asiáticas, um país onde o ensino médio e universitário tem alcançado, em alguns setores, níveis internacionais de qualidade e um vasto território cruzado por uma rede de comunicações de massa portadora de uma indústria cultural cada vez mais presente.

O que se chama, portanto, de “cultura brasileira” nada tem de homogêneo ou de uniforme. A sua forma complexa e mutante resulta de interpenetrações da cultura erudita, da cultura popular e da cultura de massas. Se algum valor deve presidir à ação do Poder Público no trato com a “cultura”, este não será outro que o da liberdade e o do respeito pelas manifestações espirituais as mais diversas que se vêm gestando no cotidiano do nosso povo. Em face dessa corrente de experiências e de significados tão díspares, a nossa Lei Maior deveria abster-se de propor normas incisivas, que soariam estranhas, porque exteriores à dialética das “culturas” brasileiras. Ao contrário, um certo grau de indeterminação no estilo de seus artigos e parágrafos é, aqui, recomendável.

(Adaptado de: BOSI, Alfredo. **Entre a Literatura e a História**. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 393-394)

7. A frase *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior* (1^o parágrafo) é justificada pelo autor com base na sua convicção de que
- (A) o Poder Público não pode interferir em qualquer aspecto de uma cultura nacional, que deve ser espontânea e livre do alcance da Constituição.
 - (B) a sociedade brasileira, conquanto não seja homogênea, é suficientemente madura para formular as normas que devem reger sua cultura tradicional.
 - (C) a complexidade das culturas brasileiras não deve ser objeto de uma legislação que venha a abranger e determinar tão diversas manifestações.
 - (D) o Estado não pode permitir que seja lacunosa a legislação sobre matérias culturais, que deve ser rigorosa e o mais específica possível.
 - (E) a dinâmica das várias culturas existentes no país garante que não haja entre elas algum atrito que ponha em risco a impermeabilidade de cada uma.



8. Se na esfera socioeconômica cabe ao Estado propiciar uma melhor distribuição de renda, na esfera dos bens simbólicos um objetivo equivalente se alcança com
- (A) uma configuração coerente da meta educacional com o sistema financeiro.
 - (B) uma legislação escolar minuciosa com incentivos à pesquisa pura.
 - (C) um processo de integração mais coeso entre produção e consumo cultural.
 - (D) um sistema educacional voltado para a pesquisa de ponta e de longo prazo.
 - (E) um programa de educação consistente aliado à pesquisa sistemática.

9. Um mesmo posicionamento do autor está expresso e ratificado nestes dois segmentos:

- (A) *O que se chama, portanto, de "cultura brasileira" (3º parágrafo) / propor normas incisivas (3º parágrafo).*
- (B) *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio (1º parágrafo) / um certo grau de indeterminação [...] é [...] recomendável (3º parágrafo).*
- (C) *Ao Estado cumpre realizar uma tarefa social de base (1º parágrafo) / resulta de interpenetrações da cultura erudita, da cultura popular e da cultura de massas (3º parágrafo).*
- (D) *Constituições [...] foram lacônicas (1º parágrafo) / suporte de um sistema educacional sólido (1º parágrafo).*
- (E) *algum valor deve presidir à ação do Poder Público (3º parágrafo) / exteriores à dialética das culturas brasileiras (3º parágrafo).*

10. Ao contrário, um certo grau de indeterminação no estilo de seus artigos e parágrafos é, aqui, recomendável.

Numa nova redação, mantêm-se o sentido e a correção da frase acima iniciando-se por **É recomendável que** e seguindo-se com esta complementação:

- (A) ao contrário, seja aqui gradual e indeterminado o estilo de seus artigos e parágrafos.
- (B) nesse sentido, o estilo de seus artigos e parágrafos se manifeste ao contrário de uma certa indeterminação.
- (C) se dê o contrário, por aqui, cujos artigos e parágrafos tenham um estilo algo indeterminado.
- (D) estilos e parágrafos, inversamente, sejam escamoteados por um certo grau de indeterminação.
- (E) o estilo de seus artigos e parágrafos, pelo contrário, contemple aqui alguma indeterminação.

11. Observando-se a construção da frase *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior*, é correto afirmar que

- (A) a oração *Não creio* tem por sujeito a oração subsequente.
- (B) no caso de substituição da forma *Não creio* por **Não é crível**, o sujeito manter-se-á o mesmo.
- (C) os termos *nos textos* e *da Lei Maior* são complementos verbais.
- (D) no caso de substituição de *Não creio* por **Não tenho a convicção**, a regência seguinte passará a ser nominal.
- (E) uma forma da voz ativa equivalente a *que se deve propriamente lamentar* é **que deve ser propriamente lamentado**.

12. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- (A) Ao comentar, em termos incisivos a relação entre cultura e Constituição o autor do texto, faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (B) Ao comentar, em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações, que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve, ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (C) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (D) Ao comentar em termos incisivos a relação, entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais, de fundamental importância, não deve ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (E) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância não deve, ainda assim, determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.

**Direito Constitucional**

13. A fim de adequar a despesa com pessoal ativo e inativo ao limite estabelecido em lei complementar federal, o Governador de determinado Estado promoveu a redução em 30% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, além de ter exonerado servidores ocupantes de cargos efetivos há menos de 3 anos em exercício. Nessa hipótese, o Governador do Estado procedeu de modo
- (A) compatível com a Constituição Federal, fazendo, no entanto, os servidores que houverem perdido os cargos nas referidas condições jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
 - (B) compatível com a Constituição Federal, considerando-se extintos os cargos objeto de redução, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.
 - (C) incompatível com a Constituição Federal apenas no que se refere aos servidores ocupantes de cargo efetivo, que farão jus à reintegração ao serviço.
 - (D) incompatível com a Constituição Federal apenas em relação aos cargos em comissão e funções de confiança, por ter extrapolado o limite estipulado constitucionalmente, sendo ainda assegurada aos ocupantes de cargo efetivo indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
 - (E) incompatível com a Constituição Federal, tanto em relação aos ocupantes de cargos em confiança, que fazem jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço, quanto em relação aos ocupantes de cargo efetivo, que fazem jus à reintegração ao serviço.
-
14. Considere que, por meio de decisões judiciais, tenham sido determinadas as seguintes providências:
- I. Suspensão das atividades de associação de torcedores de agremiação esportiva cujos dirigentes estejam envolvidos na prática reiterada de atos ilícitos.
 - II. Realização de busca e apreensão de aparelhos celulares e microcomputadores na casa de suspeito investigado pela prática de crime contra a vida.
 - III. Interceptação das comunicações telefônicas de servidores públicos supostamente envolvidos na prática de atos de improbidade administrativa, para produção de provas no curso de processo administrativo disciplinar.
- São compatíveis com a Constituição Federal APENAS as decisões judiciais referidas em
- (A) I, independentemente de trânsito em julgado; e II, vedado, neste caso, o cumprimento da determinação durante o período noturno.
 - (B) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
 - (C) II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
 - (D) I, independentemente de trânsito em julgado; e III, vedado, neste caso, porém, o empréstimo de provas para outros fins.
 - (E) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite.
-
15. Ao término do primeiro ano de determinada legislatura, apurou-se que as Casas do Legislativo federal adotaram ou deliberaram, entre outras, sobre as seguintes medidas:
- I. Julgamento das contas anuais prestadas pelo Presidente da República.
 - II. Aprovação, após arguição pública, da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União indicado pelo Presidente da República.
 - III. Autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal.
 - IV. Extinção de Ministérios.
- À luz da Constituição Federal, são de competência do Congresso Nacional
- (A) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.
 - (B) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a extinção de Ministérios; as demais medidas são de competência do Senado Federal.
 - (C) a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal e a extinção de Ministérios, sujeitas ambas à sanção do Presidente da República; as demais medidas são de competência do Senado Federal.
 - (D) a aprovação da escolha do Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.
 - (E) o julgamento das contas do Presidente da República, a aprovação da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; a extinção de Ministérios não se insere dentre as competências das casas legislativas, sendo a deliberação respectiva incompatível com a Constituição Federal.



16. Suponha que o Tribunal de Contas do Distrito Federal apresente à Câmara Legislativa projeto de lei dispondo sobre aspectos relacionados à organização e ao funcionamento do próprio Tribunal de Contas. Aprovado por maioria de votos, presente à sessão deliberativa a maioria absoluta dos Deputados Distritais, o projeto é encaminhado para sanção do Governador do Distrito Federal que, no entanto, o veta integralmente, por contrariedade à Lei Orgânica.
- Nessa hipótese, à luz das regras de processo legislativo estabelecidas na Lei Orgânica do Distrito Federal, o veto do Governador é
- (A) cabível, uma vez que se trata de matéria de iniciativa exclusiva do Governador do Distrito Federal, ainda que possa ser veiculada por lei ordinária.
 - (B) cabível, uma vez que não foi atingido o quórum necessário para aprovação de lei ordinária, exigida para veicular a matéria, ainda que a iniciativa para sua propositura seja efetivamente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
 - (C) cabível, uma vez que se trata de matéria reservada à lei complementar, a ser aprovada pelo voto da maioria absoluta dos Deputados Distritais, ainda que a iniciativa para sua propositura seja efetivamente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
 - (D) cabível, uma vez que se trata de matéria inserida na competência do Governador para dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração do Distrito Federal.
 - (E) incabível, uma vez que foram observadas as regras referentes à iniciativa, à espécie legislativa e ao quórum de aprovação respectivo, previstas na Lei Orgânica do Distrito Federal.

17. Determinada Secretaria do Governo do Distrito Federal recebe pedidos de cidadãos residentes em Brasília de obtenção de acesso a informações sobre a fiscalização dos recursos públicos destinados, por meio da Pasta, a organizações não governamentais, bem como sobre a relação de cargos em comissão ocupados e vagos no referido órgão. Diante do que dispõe a Lei Distrital 4.990/2012, que regula o acesso a informações no Distrito Federal,
- (A) caberá aos interessados apresentar justificativa para o requerimento de informações referentes à relação de cargos em comissão, por se tratar de informações de caráter personalíssimo, cabendo, por outro lado, a administração informar, em prazo não superior a vinte dias, o local e o modo para se realizar a consulta aos dados referentes à fiscalização de recursos públicos destinados a organizações não governamentais.
 - (B) os requerimentos deverão ser respondidos no prazo máximo de trinta dias, sob pena de crime de responsabilidade do Secretário de Estado respectivo, devendo as respostas conter informações precisas e, quando necessário, ser respaldadas com relatórios, tabelas, quadros informativos e demais documentos afetos aos questionamentos.
 - (C) as informações referentes aos cargos em comissão devem ser disponibilizadas independentemente de requerimento, ao passo que as referentes ao repasse de recursos públicos a organizações não governamentais não poderá ser fornecida antes de 5 anos, por serem classificadas pela lei como reservadas, uma vez que podem pôr em risco a condução de negociações ou relações internacionais do País.
 - (D) trata-se de informações que devem ser divulgadas independentemente de requerimento, cabendo ao órgão da Administração utilizar, para sua divulgação, sítios oficiais na Rede Mundial de Computadores – Internet, devendo ser informados aos requerentes o lugar e a forma pela qual se pode consultar, obter ou reproduzir as informações requeridas, desonerando o órgão de seu fornecimento direto, salvo se os requerentes declararem não disporem de meios para a realização de tais procedimentos.
 - (E) os pedidos, para serem atendidos, devem conter a identificação do requerente, com a indicação de nome completo, do número de qualquer documento oficial e da informação de contato, ademais de ser facultado aos interessados a inclusão de endereço eletrônico para o recebimento das informações solicitadas, sendo vedado, no entanto, serem os requerimentos formulados por menor de idade.

Direito Administrativo

18. Um ente federado pretende desenvolver projeto para ampliação e conservação de sua malha rodoviária, com vistas a permitir o escoamento da produção de sua indústria, propiciando desenvolvimento econômico e social com benefícios à população. Poderá fazê-lo mediante
- (A) licitação para as obras de construção da rodovia, com base na Lei nº 8.666/1993, e, após a conclusão, outro certame sob o mesmo regime, para exploração dos serviços rodoviários mediante cobrança de tarifa.
 - (B) concessão de serviço público precedida de obra pública, com a obrigação de a concessionária realizar as obras de ampliação, ficando a manutenção e conservação por conta da Administração direta, que poderá instituir pedágio como sua forma de remuneração.
 - (C) poderá licitar a contratação sob qualquer das formas legalmente admitidas, desde que explore o serviço diretamente, vedada a terceirização.
 - (D) permissão de serviço público e obra pública, outorgando ao permissionário a titularidade do referido serviço e o dever de execução da obra necessária.
 - (E) licitação para contratação de uma concessão de serviço público precedida de obra pública, cabendo à concessionária realizar a obra viária e se remunerar mediante cobrança de tarifa e, a depender do edital e contrato, por meio de receitas acessórias.



23. No âmbito do Distrito Federal, durante a tramitação de projeto de lei,
- (A) poderão ser apresentadas emendas aglutinativas, substitutivas e modificativas, mas não são admitidas emendas supressivas.
 - (B) a proposição de emendas compete exclusivamente aos membros da Câmara Legislativa, conforme dispuser seu Regimento Interno.
 - (C) o *quorum* é a exigência de número mínimo de Deputados Distritais, presentes à sessão da Câmara Legislativa para discussão ou deliberação das matérias objeto de lei.
 - (D) a sanção ou veto apresentados pelo Governador em relação a projeto de lei podem ser retratados, desde que dentro do prazo de 15 dias úteis do qual dispõe o Governador para sanção ou veto.
 - (E) o projeto de lei será aprovado ainda que o número de abstenções ou votos em branco for igual ou superior ao número de votos favoráveis.

24. A respeito das emendas à Lei Orgânica do Distrito Federal, considere as seguintes afirmações:

- I. A proposta de emenda será discutida e votada em dois turnos e considerada aprovada se obtiver, em ambos, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Legislativa.
- II. A emenda à Lei Orgânica será promulgada pelo Governador do Distrito Federal, com o respectivo número de ordem.
- III. A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio e estado de calamidade pública.
- IV. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I, III e IV.

25. O Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal dispõe, a respeito das proposições, o que se afirma em:

- (A) Uma vez apresentadas, só poderão ser retiradas a requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara Legislativa.
- (B) São automaticamente arquivadas, caso se encontrem em tramitação, há três legislaturas.
- (C) Se houver mais de um subscritor, a autoria da proposição é de todos que a subscreverem, ou do primeiro signatário, se as demais assinaturas forem de simples apoio.
- (D) Os projetos de lei complementar, de lei, de resolução e de decreto legislativo destinam-se a dispor sobre matérias para as quais se exige a sanção do Governador.
- (E) Compete a qualquer membro da Câmara Legislativa a autoria de requerimento de convocação de sessão legislativa extraordinária, em caso de urgência ou interesse público relevante.

26. A respeito da discussão e da votação, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, é correto afirmar:

- (A) A proposição com discussão encerrada na legislatura anterior não pode ter a discussão reaberta para receber novas emendas.
- (B) O Deputado Distrital que usar a palavra na discussão não pode desviar-se da questão em debate.
- (C) As deliberações da Câmara Legislativa serão tomadas pelo voto favorável da maioria absoluta de seus membros, salvo disposição em contrário do Regimento Interno ou da Lei Orgânica do Distrito Federal.
- (D) Não é admitido o processo simbólico de votação.
- (E) Em caso de empate nas votações ostensivas, deve ser realizada uma nova votação, até que se dê o desempate.

Realidade do Distrito Federal

27. De acordo com seu sistema tributário, ao Distrito Federal compete

- (A) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou de bens por meio de impostos.
- (B) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, em conformidade com suas respectivas ocupações profissionais.
- (C) cobrar impostos sobre patrimônio, renda ou serviços da União, estados e municípios, nos termos da Constituição.
- (D) utilizar impostos e taxas com efeito de confisco, conforme dispõe o Código Civil.
- (E) aplicar os impostos reservados aos estados e municípios cumulativamente, nos termos da Constituição.

28. No *Mapa das unidades hidrográficas do Distrito Federal*, elaborado em 1994 pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, estão definidas três grandes bacias hidrográficas de referência – Paraná, São Francisco e Tocantins/Araguaia –, subdivididas em outras sete, considerando os seus principais rios. Pertencem à do Paraná, pelo mapa, as bacias

- (A) dos rios São Bartolomeu, Descoberto e Corumbá.
- (B) do Lago Paranoá e dos rios Preto e São Marcos.
- (C) dos rios São Bartolomeu, São Marcos e Maranhão.
- (D) dos rios Corumbá, Preto e Descoberto.
- (E) dos rios Descoberto, Maranhão e São Bartolomeu.



Língua Estrangeira: Inglês

Instrução: Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi por **LÍNGUA ESTRANGEIRA: INGLÊS**.

Atenção: Considere a figura e o texto a seguir, para responder às questões de números 29 e 30.

S.3036 - Keep Families Together Act

115th Congress (2017-2018)

BILL Hide Overview ✕

Sponsor: [Sen. Feinstein, Dianne \[D-CA\]](#) (Introduced 06/07/2018)

Committees: Senate - Judiciary

Latest Action: Senate - 06/07/2018 Read twice and referred to the Committee on the Judiciary. ([All Actions](#))

Tracker:

Introduced

Passed Senate

Passed House

To President

Became Law

Keep Families Together Act

This bill prohibits an agent or contractor of the Department of Homeland Security, the Department of Justice, or the Department of Health and Human Services from removing a child who is under the age of 18 and has no permanent immigration status from his or her parent or legal guardian at or near the port of entry or within 100 miles of the U.S. border unless:

- *an authorized state court determines that it is in the child's best interests to be removed;*
- *a state or county child welfare official with expertise in child trauma and development determines that it is in the child's best interests to be removed because of abuse or neglect; or*
- *the Chief Patrol Agent or the Area Port Director authorizes separation based on a documented finding that the child is a trafficking victim or is at significant risk of becoming a victim, a strong likelihood exists that the adult is not the parent or legal guardian, or the child is in danger of abuse or neglect.*

An agency may not remove a child from a parent or legal guardian solely for the policy goals of deterring migration to the United States or of promoting immigration law compliance.

The bill sets forth presumptions: (1) in favor of family and sibling unity and parental rights, and (2) that detention is not in the best interests of families and children.

The Government Accountability Office shall conduct a study of the prosecution of asylum seekers.

(Adapted from: <https://www.congress.gov/bill/115th-congress/senate-bill/3036>)

29. O projeto de lei de que trata o texto

- (A) foi aprovado pelo Senado em junho de 2018.
- (B) foi encaminhado ao Comitê do Judiciário em junho de 2018.
- (C) foi apresentado por uma senadora republicana.
- (D) visa diminuir o fluxo migratório para os Estados Unidos.
- (E) objetiva reforçar o controle nas fronteiras dos Estados Unidos.

30. De acordo com o projeto de lei apresentado,

- (A) a detenção pode ser a melhor solução no caso de crianças suspeitas de serem vítimas de tráfico.
- (B) os direitos dos pais e a união familiar devem prevalecer em qualquer circunstância.
- (C) nenhum indivíduo menor de idade deve ser separado de seus pais, mesmo sob suspeita de que o adulto acompanhante não seja seu genitor.
- (D) abuso ou negligência por parte dos pais configura situação que justifica a criança ser separada deles.
- (E) uma criança só pode ser separada dos pais em caso de violação da lei da imigração.

**Língua Estrangeira: Espanhol**

Instrução: Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi **LÍNGUA ESTRANGEIRA: ESPANHOL**.

Atenção: Considere a figura e o texto a seguir, para responder às questões de números 29 e 30.

COMISIONES UNIDAS DE TRABAJO Y HACIENDA INICIARON DEBATE DE REAJUSTE A INGRESO MÍNIMO MENSUAL

Publicado el 07 de agosto del 2018



La iniciativa que aumenta de \$276.000 a \$283.500 el monto del ingreso mínimo mensual espera ser votada en la jornada de este miércoles 8 de agosto para, posteriormente, ser analizada en la sesión de Sala del lunes 13 de agosto.

Según explicita el Gobierno en el mensaje -dado a conocer en la Cuenta de la Sala de la Cámara esta mañana-, se buscó dar certidumbre a trabajadores y empleadores respecto a un parámetro tan relevante como el ingreso mínimo, razón por la cual se sugiere un reajuste plurianual.

El análisis partió con la exposición del ministro de Hacienda, Felipe Larraín, quien entregó antecedentes sobre los beneficios y potenciales costos de esta implementación. Su exposición fue luego complementada por la intervención del ministro del Trabajo, Nicolás Monckeberg, quien consideró favorable la posibilidad de avanzar hacia un sistema plurianual.

El ministro Gonzalo Blumel también intervino a su vez y remarcó ante la concurrida audiencia que la propuesta del Gobierno "no es antojadiza".

Ante el grupo parlamentario y el Ejecutivo, Bárbara Figueroa, presidenta de la CUT, mantuvo su oposición a la propuesta del Gobierno y remarcó que el tema no solo implica un asunto de "cifras", sino que de una realidad que afecta a un grupo importante de trabajadores para los cuales este ingreso termina siendo insuficiente.

Durante el debate, los parlamentarios expresaron variadas opiniones sobre la iniciativa en trámite, marcándose en general un apoyo de parte del oficialismo a la política del Gobierno, aunque con algunas observaciones; mientras que la oposición se expresó contraria a la propuesta.

Para el diputado Patricio Melero (UDI), que integra tanto la comisión de Hacienda como la de Trabajo, la plurianualidad permitirá una economía más planificada.

En tanto, el diputado Manuel Monsalve (PS) llamó al gobierno a ser claro con las políticas de salario mínimo.

El proyecto de reajuste del ingreso mínimo mensual continuará su debate este miércoles 8 de agosto y espera ser votado en Sala el lunes 13 de agosto.

(Disponível em: https://www.camara.cl/prensa/noticias_detalle.aspx?prmId=134799)

29. En el siguiente fragmento del texto: "El ministro Gonzalo Blumel también intervino a su vez y remarcó ante la concurrida audiencia que la propuesta del Gobierno "no es antojadiza".", la expresión "no es antojadiza" puede ser sustituida por:

- (A) "no es partidaria"
- (B) "no es caprichosa"
- (C) "no es molesta"
- (D) "no es antagónica"
- (E) "no es intolerante"

30. Según el texto podemos afirmar que:

- (A) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la oposición, el ministro de Hacienda y el ministro del Trabajo.
- (B) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por el ministro Gonzalo Blumel, el ministro del Trabajo y la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores.
- (C) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores, el ministro de Hacienda y el diputado Patricio Melero.
- (D) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores, la oposición y el diputado Manuel Monsalve.
- (E) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por el ministro Gonzalo Blumel, la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores y el diputado Manuel Monsalve.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. A existência de um título, dentro de um anúncio publicitário, cumpre inúmeras funções, tais como chamar a atenção para o que está sendo divulgado. Além disso, espera-se que
- (A) dispense a leitura do texto da publicidade.
 - (B) dispense uma ação no PDV (ponto de venda).
 - (C) provoque desejos determinando a ação do consumidor.
 - (D) incentive o consumo de outros produtos.
 - (E) provoque uma reação positiva na concorrência.
-
32. Dentro do universo digital há várias maneiras de salvar imagens. Entre os formatos mais comuns tem-se:
- (A) GIF, TIF e JPEG.
 - (B) RAW, PSD e LED.
 - (C) TIF, GIF e CMYK.
 - (D) JPEG, LED e CMYK.
 - (E) GIF, JPEG e LCD.
-
33. A boa utilização gráfica de uma marca requer que ela tenha razoável flexibilidade, possibilitando seu uso, por exemplo, tanto em uma faixa como em um folder-padrão. Para que isso seja efetivado, a marca deve ter versões
- (A) popular e erudita.
 - (B) colorida e preto e branco.
 - (C) impressa e digital.
 - (D) vazada e cheia.
 - (E) horizontal e vertical.
-
34. As cores apresentam uma força imagética muito grande, a ponto de inspirarem várias sensações. No mundo ocidental, a cor branca, por exemplo, desperta sentimento de paz; o preto, de luto. Já a cor associada à adolescência é o
- (A) amarelo.
 - (B) verde.
 - (C) vermelho.
 - (D) prata.
 - (E) dourado.
-
35. *"(...) provêm da tradição oriental de signos, sem deixar de ter pontos de contato com a escrita hieroglífica egípcia. Surgem da necessidade de transmitir impulsos de informação complexa, rapidamente, ou em um contexto multilíngue ou analfabeto."*
- (FUENTES, Rodolfo. **A prática do design gráfico**: uma metodologia criativa. São Paulo: Rosari)
- Essa é uma definição para
- (A) fotografias.
 - (B) infogramas.
 - (C) esquemas.
 - (D) pictogramas.
 - (E) ideogramas.
-
36. Na criação e produção de um projeto gráfico, a escolha da letra tem um papel fundamental e constitui um dos fatos primordiais na comunicação da peça. Assim, entre os vários tipos de letra, tem-se a cursiva, considerada como uma das mais bonitas, pois seus desenhos têm liberdade de traço. No entanto, apresentam um problema de legibilidade porque são
- (A) esteticamente antigas.
 - (B) consideradas mais vulgares.
 - (C) tidas como sofisticadas.
 - (D) muito pequenas.
 - (E) difíceis de ler e ser interpretadas pelo cérebro.
-
37. Nas agências de publicidade, há um profissional que tem sob sua responsabilidade os aspectos estéticos e visuais das peças criadas e que domina os conceitos criativos expressos visualmente. Esse profissional é o
- (A) diretor de arte.
 - (B) diretor de criação.
 - (C) responsável pelo atendimento.
 - (D) responsável pelo planejamento.
 - (E) redator publicitário.



38. *As situações de crise podem ser as mais variadas – contaminação de produtos, panes aéreas, ocupação de propriedades e terras, escândalos financeiros –, mas elas sempre envolvem orientação e diálogo com outros grupos, tais como clientes, governo, ONGs e comunidades. Você pode perguntar, então: e o que a mídia tem que ver com isto? A resposta está no fato de que esses procedimentos em relação aos demais públicos estarão sob a mira permanente da imprensa, que analisará todos os flancos no atendimento a estes grupos.*

(LUCAS, Luciane; **Media training**. São Paulo: Summus)

O sucesso na administração ou gestão da crise está também ligado à forma como se deve correlacionar dois pontos que são fundamentais na comunicação da crise:

- (A) o descarte de ônus e a opinião pública.
(B) a omissão de culpa e a divulgação de ações.
(C) a logística da solução e a percepção pública.
(D) a inserção no fato e a propaganda veiculada.
(E) a culpabilidade assumida e a estratégia jurídica.
-
39. O Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária tem como missão “Impedir que a publicidade enganosa ou abusiva cause constrangimento ao consumidor ou a empresas e defender a liberdade de expressão comercial”, incluindo também “o atendimento a denúncias de consumidores, autoridades, associados ou formuladas pelos integrantes da própria diretoria.” Entre os vários temas constantes nos capítulos e anexos, que são objeto de regulação pelo código, à EXCEÇÃO de
- (A) propaganda de tratamentos clínicos e cirúrgicos.
(B) propaganda política e a político-partidária.
(C) publicidade de medicamentos populares.
(D) propaganda de serviços hospitalares.
(E) produtos inibidores de fumo.
-
40. O Código de Defesa do Consumidor trata, em sua seção III, exclusivamente, “Da Publicidade”, sendo que seu Artigo 37 diz textualmente: *É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.* Com base nesse mesmo código, uma publicidade é considerada como enganosa quando
- (A) se aproveita da deficiência de julgamento e experiência da criança.
(B) é discriminatória de qualquer natureza.
(C) explora o medo ou a superstição.
(D) deixa de informar, por omissão, sobre dado essencial do produto ou serviço.
(E) desrespeita valores ambientais.
-
41. O termo criado pelo pensador canadense Marshall McLuhan para descrever a tendência gerada pelo desenvolvimento tecnológico na área das comunicações no sentido de encurtar distâncias e tornar o mundo um local em que todos estariam de algum modo interligados é
- (A) Sociedade do espetáculo.
(B) Sociedade em rede.
(C) Cibercultura.
(D) Ação comunicativa.
(E) Aldeia global.
-

42. Em “Ética e poder na sociedade da informação” (São Paulo: Unesp, 2011, p. 101-102), Gilberto Dupas afirma que

A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer. Mas tal progresso traz consigo desemprego, exclusão, pauperização, subdesenvolvimento. As tecnologias da informação encolhem o espaço. Alguma coisa desaparece nesses buracos negros nos quais as pessoas estão sempre separadas. Nada mais parece impossível. [...]

[...] Nos palcos eletrônicos da sociedade global, as figuras do ganhador e do ostentador personificam os novos mitos fugazes e os frágeis. Nunca a tirania das imagens e a submissão ao império das mídias foram tão fortes. A produção econômica moderna espalha sua ditadura; o consumo alienado torna-se para as massas um dever suplementar, um verdadeiro instrumento de busca da felicidade, um fim em si mesmo.

Nessa perspectiva crítica, as tecnologias da informação, identificadas como principal desenvolvimento da globalização e dos livres mercados, aceleram a

- (A) dominação do econômico sobre o social.
(B) supremacia do indivíduo sobre a economia.
(C) capacidade humana de explicação do mundo globalizado.
(D) construção de estabilidade política e econômica.
(E) emancipação do indivíduo através do consumo.



43. Pesquisas de opinião realizadas por um prestigiado instituto mostram que uma determinada organização pública tem sua atuação reprovada pelos usuários de seus serviços. Tal fato significa que
- (A) a organização pública em questão não presta adequadamente os seus serviços.
 - (B) a imagem institucional é negativa e são necessários trabalhos de reversão a médio e longo prazo.
 - (C) o setor privado é mais eficiente na prestação dos mesmos serviços, aumentando a qualidade.
 - (D) o cidadão não compreende o funcionamento dos serviços prestados e do funcionalismo público.
 - (E) a pesquisa foi metodologicamente inconsistente, pois não apresentou aos entrevistados a versão da organização.

44. Em uma pesquisa estimulada de intenção de votos para cargo do Poder Executivo, com dez candidatos, o instrumento mais adequado para evitar indução de resultados é
- (A) uma lista em ordem alfabética com as legendas dos partidos, sem os nomes dos candidatos.
 - (B) uma lista em ordem alfabética com os nomes de candidatos, acompanhados pelos respectivos partidos.
 - (C) um cartão circular com as legendas dos partidos ocupando espaços iguais, sem os nomes dos candidatos.
 - (D) um cartão circular com os nomes de candidatos, acompanhados pelos respectivos partidos, ocupando espaços iguais.
 - (E) uma ficha para que o entrevistado escreva livremente o nome do candidato de sua preferência, sem necessariamente a legenda do partido.

45. Leia o trecho abaixo, extraído de texto publicado em 5 de dezembro de 2017 pelo IBOPE

67% dos brasileiros preferem o semáforo nutricional nos rótulos de alimentos e bebidas

Pesquisa realizada pelo IBOPE Inteligência mostra que 67% das pessoas, ou seja, cerca de 7 em cada 10 entrevistados, preferem o semáforo nutricional, contra 31% que declaram preferir o modelo de advertência nos rótulos de alimentos e bebidas. A proposta que utiliza cores (verde, amarelo e vermelho) para traduzir as informações sobre o teor de açúcares, gordura e sódio dos produtos – conhecida como Semáforo Nutricional Quantitativo – é considerada a mais clara e didática para 65% dos entrevistados.

(...)

Sobre a pesquisa

O IBOPE Inteligência ouviu 2.002 pessoas em 142 municípios para a pesquisa quantitativa. Já na pesquisa qualitativa, foram realizados oito grupos focais (quatro em São Paulo e quatro em Recife), para aplicação de roteiro. “A pesquisa quantitativa foi planejada para representar a opinião da população do país como um todo e cobrir todas as regiões do Brasil e todos os níveis socioeconômicos”, afirma Patrícia Pavanelli, diretora do IBOPE Inteligência.

(Disponível em: <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/67-dos-brasileiros-preferem-o-semáforo-nutricional-nos-rotulos-de-alimentos-e-bebidas/>)

O fator determinante para que a amostragem seja considerada adequada é

- (A) as cidades escolhidas.
 - (B) o tamanho.
 - (C) a representatividade.
 - (D) os formulários e roteiros.
 - (E) a conversão de números absolutos em percentuais.
46. A propaganda política praticada por uma entidade pública do poder legislativo realizada em caráter institucional é aquela que promove
- (A) ações dos membros da mesa diretora da casa legislativa dos presidentes de comissões.
 - (B) os programas dos partidos representados na casa para auxiliá-los a captar novos filiados.
 - (C) ideias de pré-candidatos que têm a intenção de disputar cargos eletivos para angariar votos de filiados para convenção partidária.
 - (D) parlamentares que concorram à reeleição ou a outros cargos eletivos, seja em outras casas do poder legislativo ou de chefia de executivo.
 - (E) prestação de contas de suas atividades, divulgação das realizações administrativas e orientação dos cidadãos sobre assuntos do seu interesse.



-
47. A essência do trabalho da assessoria de comunicação pode ser definida como a
- (A) intermediação do relacionamento da organização com profissionais e órgãos de imprensa.
 - (B) sistematização de ações de comunicação interna e externa projetando boa imagem da organização perante seus públicos e a opinião pública.
 - (C) elaboração de estratégias para escolha dos melhores meios e veículos de comunicação para divulgação de campanhas publicitárias.
 - (D) a intermediação entre a agência e o cliente, realizando *briefings* para orientar o trabalho de criação de campanhas.
 - (E) definição de estratégias de desenvolvimento de comunicação e relacionamento para desenvolvimento e venda de produtos e serviços.
-
48. A característica de um site ou portal que permite a adaptação a telas de distintos tamanhos, melhorando tanto a exibição em diferentes dispositivos quanto o posicionamento em mecanismos de busca, é chamada
- (A) responsividade.
 - (B) usabilidade.
 - (C) escalabilidade.
 - (D) ergonomia.
 - (E) funcionalidade.
-
49. Trata-se de uma definição de responsabilidade social corporativa:
- (A) recolhimento de todos os impostos devidos.
 - (B) promoção de trabalho voluntário não remunerado dos seus funcionários.
 - (C) ações articuladas que revertam benefício para alguma comunidade.
 - (D) financiamento de apresentações e espetáculos artísticos.
 - (E) doações em valores ou produtos para entidades assistenciais.
-
50. O princípio da publicidade na Administração pública se refere à
- (A) baixa classificação sigilosa de informações sobre pesquisa e desenvolvimento de interesse do Estado.
 - (B) divulgação das realizações da Administração pública em campanhas divulgadas em diferentes meios e canais.
 - (C) difusão de campanhas de interesses do cidadão, como vacinação, alistamento eleitoral etc.
 - (D) informação de interesse particular de solicitante ou de interesse geral decorrentes de toda atuação estatal.
 - (E) divulgação de informações para a imprensa de atos da Administração pública, via *press release*.
-
51. Entre os principais conceitos de publicidade estão:
- (A) tornar conhecido um produto, serviço ou marca, despertando desejo pela coisa anunciada ou destacando aspectos que a diferenciam dos concorrentes.
 - (B) tornar conhecido um produto, serviço ou marca, despertando desejo pela coisa anunciada e sem revelar as intenções do anunciante.
 - (C) despertar, nos consumidores, o desejo pela coisa anunciada, ou destacar aspectos que a diferenciam dos concorrentes sem pagar pelos anúncios.
 - (D) tornar conhecidas as marcas, pois serão elas que despertarão os desejos pelos produtos e serviços.
 - (E) tornar conhecido os serviços, pois serão eles que vão agregar valores às marcas e este processo pode baratear os custos dos anúncios.
-
52. Sobre a estrutura das agências de publicidade, é correto afirmar que
- (A) entre as funções do setor de criação está o levantamento do *briefing* com o cliente, que depois será encaminhado para a equipe de mídia.
 - (B) a equipe de mídia é a responsável pela produção de conteúdo nos diferentes meios em que a campanha está veiculada.
 - (C) a equipe de atendimento é responsável pela compra de espaços nos veículos de comunicação definidos pela equipe de pesquisa.
 - (D) as equipes de pesquisa e mídia participam da reunião de *briefing*, enquanto que o setor de atendimento produz o conteúdo da campanha.
 - (E) entre as funções do setor de atendimento está o levantamento do *briefing* com o cliente.
-



53. A segmentação dos consumidores de determinado veículo (por classe socioeconômica, faixa etária, sexo e grau de instrução) para verificar adequação ao perfil dos consumidores de um produto, é expressa em percentual a partir da fórmula abaixo:

$$\frac{\text{Número de pessoas por segmento}}{\text{Universo}} \times 100$$

Essa é a definição de

- (A) Índice de afinidade.
 (B) Alcance de leitura.
 (C) Qualificação de veículos.
 (D) Penetração de leitura.
 (E) Alcance.
-
54. É o departamento responsável pelas diretrizes da campanha, assim como pela divisão da verba disponibilizada pelo cliente entre a produção e a mídia. Por exemplo, se o cliente tiver verba de R\$ 50 milhões para uma campanha, este setor poderá determinar que 80% dela será para veiculação e o restante para as demais etapas de produção.

Dentro de uma agência publicitária, estas são as funções do departamento de

- (A) Chefia.
 (B) Planejamento.
 (C) Criação.
 (D) Produção.
 (E) Mídia.
-

55. Considere a tabela abaixo.

Programa	Audiência Domiciliar	Número de inserções	GRP
Novela	34%	3	
Telejornal	40%	2	
Filme	20%	3	
Total			x

O cálculo total do GRP (valor de x) do exemplo acima é

- (A) 291.
 (B) 97.
 (C) 43.
 (D) 242.
 (E) 776.
-
56. Considere as definições abaixo:
- I. O montante que o anunciante pretende investir e depende de fatores como margem de lucro da instituição, objetivos da comunicação, comportamento do setor, comportamento do público, valores da organização, participação no mercado e estágio de vida do produto.
- II. A descrição dos custos da criação, produção e veiculação.

As definições acima (I e II) são, respectivamente, de

- (A) orçamento de campanha e verba do cliente
 (B) orçamento de campanha e *budget*
 (C) *budget* e orçamento da campanha
 (D) verba do cliente e verba da agência
 (E) *budget* e margem de lucro da agência



57. Avalie as proposições abaixo e a relação entre elas.

- I. O *Marketing* vem antes da mercadoria, relaciona-se com ela e vai além dela

PORQUE

- II. antes da criação da mercadoria há a pesquisa de mercado. O *marketing* se relaciona com a mercadoria em sua essência pensando na satisfação do consumidor e também compreende as atividades de financiamento, manuseio e distribuição da mercadoria.

É correto afirmar que

- (A) a primeira proposição é verdadeira, a segunda é falsa e não há relação entre elas.
(B) as duas proposições são verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
(C) as duas proposições são falsas e não há relação entre elas.
(D) a primeira proposição é falsa, a segunda é verdadeira e não há relação entre elas.
(E) as duas proposições são verdadeiras e a segunda é uma justificativa correta da primeira.

58. Uma empresa promoveu uma campanha publicitária para divulgar um novo produto disponível para os consumidores. Dentro dos princípios do *Endomarketing*, a empresa deveria

- (A) ter promovido aos colaboradores uma campanha interna para divulgar o novo produto.
(B) economizar verba utilizando, para o público interno, a mesma campanha feita para público externo.
(C) priorizar o público externo nas campanhas publicitárias, pois o público interno é reticente a gastos com publicidade.
(D) aguardar a publicação do *house organ* com as informações do que foi a campanha para comunicar ao público interno.
(E) priorizar o público interno, que é considerado um porta-voz da instituição, e aguarda que ele multiplique a informação.

59. É um exemplo de hibridização entre a comunicação mercadológica e comunicação institucional:

- (A) Empresa de automóveis promove, durante final de semana, venda de automóveis de todas as linhas com os mesmos descontos praticados para os colaboradores internos.
(B) Empresa de cosméticos promove coletiva de imprensa para divulgar linha de produtos inspirados em árvores da Amazônia. Ao final, há uma exposição destes produtos com possibilidade de venda aos convidados.
(C) Empresa de telecomunicações chama coletiva de imprensa para dar satisfação à opinião pública sobre reportagem divulgada no telejornal da principal emissora do país na qual a empresa era apontada como a primeira da lista de reclamações dos usuários.
(D) Empresa do ramo da construção civil inaugura centro de documentação e memória para mostrar as obras já feitas no país em uma tentativa de mitigar a imagem negativa diante de reportagens que mostravam atraso na entrega de imóveis.
(E) Empresa atacadista com muitos anos de mercado promove campanha nas redes sociais para divulgar, durante final de semana, liquidação de estoque com a possibilidade de venda de produtos a preço de custo.

60. Sobre *Merchandising*, considere:

- I. É o planejamento promocional do produto antes de ser lançado no mercado. Sua função é orientar a indústria para que ela possa produzir mercadorias para as quais exista uma demanda real ou potencial.
II. No Brasil, popularizou-se o termo *merchandising* para designar o espaço vendido em novelas, filmes e outros programas para empresas que queiram veicular seus produtos.
III. O *merchandising* social acontece quando um produto da indústria cultural, como a novela, promove uma atividade social, como adoção, vacinação ou doações.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) II, apenas.
(D) I, II e III.
(E) II e III, apenas.